

Aos 26 dias do mês de fevereiro de 2026, às 14 horas, realizou-se a 185ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife – COMDIR, nas dependências do Centro de Convivência da Pessoa Idosa Maria da Conceição Guedes Pereira, situado na Av. Rosa e Silva, 720, Graças, Recife, sob a coordenação do conselheiro José Maria Silva, membro da Coordenação Colegiada. A pauta foi a seguinte: 1. Abertura 1.1 Apresentação dos(as) conselheiros(as) presentes; 1.2 Justificativas de ausências; 2. Leitura e Aprovação de Ata; 2.1 Leitura da ata da reunião ordinária de dezembro de 2025; 3. Edital nº 001/2024 - Seleção de Projetos para Captação de Recursos por Organizações da Sociedade Civil; 3.1 Apresentação do Projeto: “GUIA DIGITAL – Cidadania +60” Proponente: Instituto Guia Social – IGS; 4. Edital nº 02/2024 - Seleção de Projetos para Transferência de Recursos Financeiros às Organizações da Sociedade Civil; 4.1 Apresentação dos resultados do projeto: “Homens que Envelhecem: A Velhice Masculina na Periferia do Recife” Proponente: Instituto Boa Vista; 5. Campanha da Fraternidade 2026; 5.1 Tema: “Fraternidade e Moradia” Lema: “*Ele veio morar entre nós*” (Jo 1,14) Apresentação: Professor José Maria; 6. Participação do COMDIR em Atividades Externas; 6.1 Intercâmbio de Experiências na Paraíba para conhecimento dos programas: Programa Acolher; Programa Cidade Madura (Executados pela Secretaria Estadual de Direitos Humanos da Paraíba) 7. Comissões Permanentes; 8. Informes Gerais. Estavam presentes os seguintes conselheiros/as governamentais: Clécio Ernande e Jairo Pacífico (Secretaria de Educação); Graça Vasconcelos e Juliana Lucena (Secretaria de Direitos Humanos e Juventude); Fabiana de Melo (Secretaria de Turismo e Lazer); Kylvia Martins (Secretaria de Saúde); Luciana Cavalcanti (Secretaria de Administração); Rosa Macedo (Secretaria de Ordem Pública e Segurança); Albemar Araújo (Secretaria de Cultura) e Maria das Dores (Secretaria de Articulação Política e Social). Estavam presentes, ainda, os conselheiros/as não governamentais: Ana Maria Melo (Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Pernambuco – SINDSEP/PE); Jacira Pontes (Grupo de Idosos Paz e Amor); Amara Vital (Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência de Pernambuco); Mônica Regina (Serviço Social do Comércio - SESC-PE); Rosângela Maia (Instituto de Pesquisa e Estudos da Terceira Idade – IPETI); José Henrique Melo (Recanto da Boa Idade); Mércia Mendes (Associação Brasileira de Alzheimer – ABRAZ); Verônica de Oliveira (Conselho Regional de Fonoaudiologia – CREFONO); José Maria Silva (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB); Andrezza Duque (Universidade Federal de Pernambuco) e Nayana Pinheiro (Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE). Também estiveram presentes: Priscila Xavier (Mais Social); Maria Alana, Viviane Castro e Thiago (Instituto Guia Social), Acioli Neto (Instituto Boa Vista), Adynara Queiroz e Romana Araújo (SDHJ) e Luciana Laranjeira (CRESS/PE). Ausências justificadas: Niedja Guimarães, Genaina Cristina, Margareth Xavier, Aparecida Araújo, Márcia Noelma, Antônio Carlos e Jairo Costa. Iniciada a reunião, foi apresentada proposta para que a apreciação da ata da reunião de dezembro de 2025, fosse realizada em momento posterior, com o objetivo de garantir espaço adequado para as apresentações dos grupos convidados. A proposta foi submetida ao Pleno e acolhida pelos conselheiros presentes. Na sequência, o Coordenador da reunião facultou a palavra a

50 Adynara Queiroz que prestou esclarecimentos acerca do Edital nº 001/2024 –
51 Seleção de Projetos para Captação de Recursos por Organizações da
52 Sociedade Civil. Informou que, embora o referido edital tenha encerrado sua
53 vigência no mês de fevereiro do corrente ano, uma entidade protocolou seus
54 projetos ainda no final do ano anterior, dentro do prazo estabelecido à época,
55 razão pela qual tais propostas seguem em regular tramitação administrativa.
56 Esclareceu-se, ainda, que neste momento não está sendo permitida a entrada
57 de novos projetos, considerando que o edital anterior encontra-se encerrado e
58 o novo instrumento convocatório ainda se encontra em fase de
59 elaboração. Dando continuidade à pauta, passou-se ao terceiro ponto, referente
60 a apresentação do projeto intitulado “Guia Digital – Cidadania Digital +60”,
61 tendo como proponente o Instituto Guia Social. Na ocasião, foi concedida a
62 palavra à Sra. Viviane Castro, Presidente da instituição, para realização da
63 exposição. A representante passa a palavra para Thiago que iniciou sua
64 apresentação esclarecendo que o projeto surge a partir da experiência prévia
65 da entidade com o programa “Guia Digital Team”, voltado a crianças e
66 adolescentes, por meio do qual já foram capacitados aproximadamente 625
67 jovens, em parceria com a rede Compaz e outros parceiros da Região
68 Metropolitana do Recife. Informou que, durante a execução dessa iniciativa,
69 houve significativa demanda por parte de pessoas idosas interessadas em
70 participar de formação semelhante, o que motivou a elaboração de proposta
71 específica destinada ao público com idade igual ou superior a 60 anos. Explicou
72 que o projeto consiste em uma formação socioeducativa estruturada em três
73 eixos principais: alfabetização digital, cidadania e segurança da informação.
74 Informou que o objetivo geral do projeto é promover autonomia e segurança
75 para pessoas idosas no ambiente digital, fortalecendo sua participação cidadã
76 e contribuindo para a proteção integral de seus direitos. O público-alvo é
77 composto por pessoas idosas residentes no município do Recife. A proposta
78 prevê a capacitação de 100 (cem) pessoas idosas, distribuídas em 04 (quatro)
79 turmas de 25 (vinte e cinco) participantes, com carga horária de 60 (sessenta)
80 horas-aula por turma, ao longo de 12 (doze) meses, compreendendo etapas de
81 mobilização, execução das atividades formativas e avaliação final. Os
82 conteúdos programáticos incluem alfabetização digital básica, comunicação
83 digital, uso de serviços públicos digitais, prevenção de golpes e fraudes,
84 segurança e privacidade online, educação financeira aplicada ao ambiente
85 digital, além de orientações sobre direitos da pessoa idosa, canais de denúncia
86 e funcionamento da rede de proteção. As metas do projeto contemplam
87 aspectos relacionados à organização e acessibilidade, prevendo a oferta de
88 suporte em Libras mediante demanda; execução pedagógica com frequência
89 mínima de 75% para certificação; promoção da proteção e segurança digital
90 dos participantes; além da elaboração de cartilha digital acessível, relatório
91 técnico final e devolutiva institucional. Durante o momento destinado às
92 considerações do Pleno, Mércia Mendes apresentou questionamentos acerca
93 da possível característica itinerante do projeto, considerando que tal aspecto
94 não ficou claramente identificado no documento apresentado. Também
95 registrou elogios quanto à inclusão de indicadores de avaliação, ressaltando
96 sua importância para o acompanhamento e monitoramento da execução do
97 projeto. Foi igualmente questionada a realização de diagnóstico prévio do nível
98 de conhecimento digital dos participantes, tendo em vista que tal medida
99 poderia influenciar diretamente na metodologia pedagógica e no rendimento da



100 formação.Em resposta, a proponente esclareceu que a metodologia adotada
101 não segue modelo tradicional de nivelamento formal, mas baseia-se no
102 acolhimento integral e no acompanhamento individualizado, com orientação
103 próxima e personalizada, respeitando o ritmo e as especificidades de cada
104 participante, sem classificações formais que possam gerar
105 constrangimento.Quanto à execução territorial Verônica Oliveira questionou a
106 execução no COMPAZ, Thiago esclareceu que, embora o projeto mencione a
107 rede COMPAZ como parceira principal, a instituição atua de forma
108 descentralizada, conforme a demanda identificada nas comunidades. Informou
109 que mantém parcerias com escolas públicas, Conselhos Tutelares, igrejas e
110 outras instituições locais, tendo já executado projetos em diferentes espaços
111 comunitários.Informou, ainda, que o Instituto possui sede administrativa
112 regularmente estabelecida,utilizada para organização e coordenação das
113 atividades.Nayana Pinheiro questionou sobre a carga horária do curso, que foi
114 apresentada como sendo de 60 (sessenta) horas, solicitando informações
115 sobre como seria realizada a distribuição das aulas, se no período da manhã,
116 tarde ou noite.Em resposta, foi esclarecido que a definição do horário ocorre a
117 partir do acolhimento inicial e da observação da dinâmica do grupo participante,
118 considerando as necessidades e rotinas das pessoas inscritas. Foi informado
119 que, em experiências anteriores, especialmente em cursos destinados a
120 mulheres, há preferência pelos períodos da tarde ou da noite, tendo em vista
121 que muitas participantes dedicam o período da manhã às atividades
122 domésticas. Destacou-se que a proposta é construir o cronograma a partir de
123 uma escuta ativa dos participantes e dos parceiros locais, visando garantir
124 maior adesão e participação nas atividades.Na sequência, a conselheira Kylvia
125 Martins questionou sobre os instrumentos de avaliação do curso, uma vez que
126 o projeto prevê certificação mediante frequência mínima de 75% e avaliação do
127 aprendizado. Solicitou esclarecimentos sobre como seria identificado se os
128 participantes efetivamente adquiriram os conhecimentos propostos.Em
129 resposta, foi informado que a metodologia do curso prioriza atividades práticas,
130 baseadas na proposta de “mão na massa”, considerando que os participantes
131 possuem diferentes níveis de conhecimento em relação às ferramentas digitais.
132 Foi destacado que muitos participantes possuem familiaridade apenas com
133 aplicativos básicos, dessa forma, as atividades serão conduzidas de forma
134 prática, permitindo que todos os participantes desenvolvam as habilidades
135 propostas.Outro questionamento apresentado referiu-se aos equipamentos que
136 serão utilizados nas aulas, considerando o caráter itinerante do projeto. Foi
137 esclarecido que, quando as atividades ocorrem em espaços parceiros, como o
138 Instituto JCPM ou unidades do COMPAZ, são utilizados os equipamentos
139 disponíveis nesses locais. Além disso, a equipe do projeto dispõe de um kit
140 próprio de apoio, e cada participante receberá materiais como apostila, camisa,
141 lápis e caneta, conforme previsto no plano de trabalho.Durante sua intervenção,
142 a conselheira também apresentou três observações e sugestões para
143 aperfeiçoamento do projeto. A primeira refere-se ao indicador de participação,
144 recomendando que não seja estabelecida meta de 100% de permanência dos
145 participantes, considerando que o público idoso pode enfrentar situações como
146 problemas de saúde ou desistência durante o período do curso.A segunda
147 observação tratou do processo de inscrição, destacando a necessidade de
148 garantir que os participantes sejam pessoas idosas residentes no município do
149 Recife, tendo em vista que os recursos utilizados são provenientes do Fundo

150 Municipal da Pessoa Idosa. Por fim, apresentou a sugestão de incluir, no
151 desenvolvimento do curso, uma consulta aos próprios participantes sobre
152 demandas práticas do cotidiano, especialmente relacionadas ao uso de
153 tecnologias e equipamentos domésticos, como controle remoto de televisão,
154 máquinas de lavar e acesso a plataformas de streaming, entre outros recursos
155 digitais presentes no dia a dia. Ao final da apresentação o Coordenador da
156 reunião informou que a proposta será encaminhada aos pareceristas para
157 análise técnica, conforme o trâmite regimental, sendo registradas na presente
158 ata as observações apresentadas pelos conselheiros. Dando continuidade à
159 pauta da reunião, foi iniciada a apresentação do projeto inscrito no Edital nº
160 02/2024, referente à seleção de projetos para transferência de recursos
161 financeiros às organizações da sociedade civil, voltados às políticas de atenção
162 à pessoa idosa. O projeto intitulado “Velhices Masculinas na Periferia do
163 Recife” foi apresentado por Acioli Neto representante do Instituto Boa
164 Vista. Acioli iniciou sua fala manifestando satisfação em participar da reunião,
165 destacando que conhece grande parte dos presentes em razão de sua
166 trajetória de atuação na área e também por já ter integrado o Conselho em
167 períodos anteriores. Informou que o referido projeto foi aprovado em edital do
168 Fundo Municipal da Pessoa Idosa, tendo sido executado ao longo do ano de
169 2025, juntamente com outros nove projetos selecionados no mesmo
170 edital. Acioli Neto explicou que o projeto tem como foco o envelhecimento
171 masculino, público considerado ainda pouco contemplado nas políticas e
172 pesquisas sobre envelhecimento. Destacou que estudos apontam que os
173 homens, em geral, apresentam menor expectativa de vida e maior
174 vulnerabilidade no processo de envelhecimento, o que motivou o Instituto a
175 desenvolver ações específicas voltadas para este segmento. Ressaltou ainda
176 que o tema vem sendo objeto de seus estudos e pesquisas na área da
177 gerontologia. Destacou que o projeto foi estruturado em quatro eixos principais
178 de atividades. O primeiro consistiu na realização de uma campanha digital,
179 desenvolvida ao longo do ano, com produção mensal de conteúdos e cards
180 informativos divulgados nas redes sociais do Instituto Boa Vista, abordando
181 temas relacionados aos direitos, saúde, cidadania e qualidade de vida de
182 homens idosos, com o objetivo de desmistificar estereótipos associados à
183 velhice masculina. O segundo eixo envolveu a continuidade da atividade
184 denominada “Papo com Pizza”, iniciativa que ocorre há cerca de quatro anos e
185 consiste em encontros mensais com homens gays com idade acima de 50 ou
186 60 anos, promovendo espaço de diálogo, convivência e troca de experiências. A
187 terceira atividade foi a realização de uma audiência pública, realizada com
188 apoio do vereador Rinaldo Júnior, na qual foram apresentados os resultados
189 parciais da pesquisa desenvolvida no projeto. Além dessas ações, foi realizado
190 também o II Seminário sobre Envelhecimento Masculino, reunindo
191 aproximadamente cinquenta participantes, entre pesquisadores, profissionais
192 da área e interessados no tema. O evento foi transmitido e posteriormente
193 disponibilizado no canal do Instituto no YouTube. Acioli Neto informou que o
194 estudo foi desenvolvido com 200 homens com idade igual ou superior a 60
195 anos, residentes no município do Recife, contemplando diferentes territórios e
196 perfis sociais. O instrumento de coleta utilizado foi um questionário composto
197 por 35 perguntas, sendo 32 perguntas fechadas, de múltipla escolha, e 3
198 perguntas abertas. A opção pela predominância de questões fechadas teve
199 como objetivo facilitar a sistematização e análise dos dados coletados. Assim,

200 optou-se por entrevistar 200 homens idosos distribuídos nas seis Regiões
201 Político-Administrativas (RPAs) do Recife. Para viabilizar a pesquisa, foi
202 realizado inicialmente um mapeamento de espaços de convivência
203 frequentados por homens com 60 anos ou mais, incluindo associações de
204 moradores, locais de lazer e pontos de encontro comunitários. As entrevistas
205 foram realizadas em datas previamente agendadas com apoio das lideranças
206 locais. Para facilitar a participação dos entrevistados, foi oferecida uma ajuda
207 de custo no valor de R\$ 30,00(trinta reais), destinada a apoiar despesas de
208 deslocamento. Entre os dados apresentados, destacou-se que a faixa etária
209 predominante entre os participantes foi de 65 a 69 anos. Em relação à raça ou
210 etnia, predominou a autodeclaração parda. Quanto à orientação sexual, a
211 maioria dos entrevistados declarou-se heterossexual (96%), havendo pequena
212 parcela que se declarou homossexual. No que se refere ao estado civil, cerca
213 de 50% dos participantes declararam-se casados, seguidos por participantes
214 separados, viúvos e solteiros. Outro aspecto abordado foi a situação de moradia,
215 tendo sido identificada uma tendência crescente de pessoas idosas que vivem
216 sozinhas. A apresentação foi encerrada com a observação de que os dados
217 coletados contribuem para ampliar o conhecimento sobre as realidades das
218 velhices masculinas nas periferias do Recife, destacando a importância de
219 ampliar políticas e ações específicas voltadas para este público. Dando
220 continuidade, a conselheira Verônica Oliveira parabenizou a equipe pela
221 realização da pesquisa, destacando a importância do estudo como subsídio
222 fundamental para a formulação de políticas públicas voltadas à população
223 idosa. Ressaltou que a ausência de dados dificulta o planejamento de ações
224 efetivas, sendo a pesquisa um passo relevante nesse processo. Apontou,
225 contudo, a necessidade de atenção quanto à utilização de nomenclaturas
226 pouco acessíveis ao público idoso, especialmente considerando o nível de
227 escolaridade apresentado, o que pode comprometer a compreensão das
228 perguntas e, conseqüentemente, a efetividade das respostas. Ainda assim,
229 reiterou o reconhecimento pela amplitude e relevância do trabalho,
230 manifestando interesse em ter acesso ao material completo. Em resposta, o
231 representante da pesquisa esclareceu que a construção do questionário
232 ocorreu em um contexto de escassez de estudos locais sobre o tema, o que
233 motivou a elaboração de um instrumento mais abrangente, visando aproveitar a
234 oportunidade de financiamento e coleta de dados. Informou, ainda, que houve
235 preocupação em adaptar a linguagem durante a aplicação, de modo a facilitar a
236 compreensão pelos participantes. Na sequência, a conselheira Mônica Buarque
237 também parabenizou a iniciativa, destacando a relevância do trabalho com o
238 público idoso masculino e as dificuldades históricas de engajamento desse
239 segmento. Reconheceu a pesquisa como um material de grande valor e
240 representatividade, questionando acerca dos bairros contemplados. Foi
241 esclarecido que a pesquisa abrangeu todas as Regiões Político-Administrativas
242 (RPAs), sendo os bairros definidos a partir da existência de referências locais e
243 espaços que possibilitassem a realização da coleta de dados, em razão de
244 limitações operacionais e de prazos. Foi informado ainda que o projeto foi
245 finalizado no mês de dezembro. Houve sugestão por parte dos conselheiros de
246 que iniciativas como essa possam ser incorporadas como referência técnica
247 para o Conselho, inclusive para subsidiar participações em eventos e
248 congressos. Durante o debate, destacou-se a importância de ampliar a
249 discussão sobre o envelhecimento masculino, considerando fatores culturais



250 que dificultam a participação dos homens em atividades coletivas e de
251 convivência. Por fim, Acioli Neto colocou-se à disposição para
252 compartilhamento do material e para futuras articulações com o Conselho,
253 reforçando a importância de dar continuidade às discussões e ampliar a
254 divulgação dos dados produzidos. Ato contínuo José Maria apresentou reflexão
255 sobre a Campanha da Fraternidade, destacando seus objetivos de promover o
256 espírito comunitário, o bem comum e a responsabilidade social, com ênfase na
257 dignidade da pessoa humana e no direito à moradia digna. Ressaltou-se que a
258 moradia vai além de abrigo físico, constituindo espaço de proteção,
259 pertencimento e segurança, sendo fundamental para o envelhecimento
260 saudável das pessoas idosas. Destacou-se que a ausência ou inadequação da
261 moradia compromete a saúde, a autonomia e a dignidade. Foi enfatizado que a
262 moradia é direito fundamental, garantido pela Constituição Federal e pelo
263 Estatuto da Pessoa Idosa, que assegura prioridade no acesso a políticas
264 habitacionais e a unidades adaptadas e acessíveis. Apontou-se o descompasso
265 entre a legislação e a realidade, com muitas pessoas idosas vivendo em
266 condições precárias ou em situação de vulnerabilidade, além da insuficiência
267 de políticas públicas e de instituições adequadas para acolhimento. Destacou-
268 se a necessidade de políticas habitacionais inclusivas, acessíveis e adaptadas
269 ao envelhecimento, bem como a importância do controle social e da atuação
270 dos conselhos. Foi informado o fechamento recente de uma ILPI sem
271 comunicação prévia ao Conselho, e relatada atuação do Ministério Público na
272 regulamentação do encaminhamento de pessoas idosas apenas para
273 instituições regularizadas. Por fim, reforçou-se que a garantia da moradia digna
274 para a pessoa idosa é dever do Estado e responsabilidade coletiva, devendo
275 ser pauta prioritária deste Conselho. Durante a reunião, foram discutidas
276 preocupações relacionadas ao encaminhamento de pessoas idosas por
277 hospitais para Instituições de Longa Permanência (ILPIs), destacando-se a
278 necessidade de que as altas hospitalares ocorram apenas para instituições
279 devidamente legalizadas e cadastradas, a fim de evitar situações de
280 negligência, maus-tratos, exploração financeira e desnutrição dos idosos. Foi
281 proposta a realização de visitas periódicas às ILPIs pelo conselho, com o
282 objetivo de acompanhar e avaliar as condições dessas instituições, bem como
283 a apresentação regular de relatórios contendo o perfil e a situação das
284 unidades cadastradas. Ressaltou-se a importância de maior rigor no
285 monitoramento, considerando que há instituições não cadastradas em
286 funcionamento e com registros de irregularidades graves. Esclareceu-se que
287 existem dois tipos de visitas: uma de caráter técnico para fins de cadastro e
288 outra de fiscalização, realizadas por comissões específicas. Destacou-se ainda
289 a necessidade de orientar os profissionais, especialmente da área de saúde, a
290 utilizarem exclusivamente a lista oficial de instituições publicada em Diário
291 Oficial, evitando responsabilizações legais. No âmbito organizacional, deliberou-
292 se pela definição da frequência de apresentação dos relatórios das comissões
293 e reforçou-se a importância da participação ativa dos conselheiros nas reuniões
294 e atividades das comissões temáticas. Ficou decidido que as reuniões
295 ordinárias do conselho permanecerão sendo realizadas no Centro de
296 Convivência, considerando questões logísticas e de disponibilidade de
297 espaço. Dando continuidade foi apresentada a nova coordenadora do Centro de
298 Convivência da Pessoa Idosa Maria da Conceição Guedes Pereira, a Sra.
299 Thiane Maria que se colocou à disposição para atender às demandas do



300 conselho. Ainda durante a reunião, foi aprovada por unanimidade a proposta de
301 encaminhamento de ofício ao Secretário de Direitos Humanos e Juventude
302 solicitando autorização para contratação de assessoria de comunicação, com o
303 objetivo de criação e manutenção de site institucional e apoio na divulgação
304 das ações do conselho. Por fim, destacou-se a necessidade de conclusão do
305 planejamento anual, especialmente das ações previstas para o mês de junho,
306 reforçando-se o compromisso das comissões em se reunirem para definição e
307 execução das atividades. Ato contínuo, foi realizada a leitura da ata da 184ª
308 Reunião Ordinária, a qual, em seguida, foi submetida à votação e aprovada por
309 unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o coordenador deu por
310 encerrada a reunião às dezessete horas e sete minutos. Para que tudo fique
311 devidamente documentado, eu, Cecília Paiva, na condição de Secretária
312 Executiva, tomei notas e redigi a presente ata, que, após lida na reunião
313 seguinte e achada conforme, será por mim assinada, bem como pelo
314 coordenador da presente reunião.



315 José Maria – Coordenação Colegiada
316 Cecília Paiva – Secretária Executiva do COMDIR

